

CAMINHOS
DO BRASILCNC • Federações
Sistema Comércio

O GLOBO Valor CBN



Cenário. Mariana Barbosa, do GLOBO, e Marcos de Moura, do Valor, medaram a live com Cristiano Feijó, da Abrahe (no alto); Vismona, do Eto; Kapaz, do Combustível Legal; e Corrêa, do CNCP

O PREJUÍZO DA ILEGALIDADE MERCADO ILÍCITO AFETA ECONOMIA E EMPREGOS

Pirataria, contrabando, sonegação e fraude fiscal. Essas são algumas das ações ilegais que levaram o país a amargar um prejuízo de R\$ 453,5 bilhões em 2022, segundo levantamento "Brasil ilegal em números", produzido pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) e pelas federações de São Paulo (Fisp), Para especialistas, as estratégias para frear o avanço do mercado ilícito no país vão desde a redução de tributos para desincentivar o comércio ilegal — que ganha o consumidor pelo preço mais baixo — até a criação de uma política integrada para coibir de forma mais célere a ilegalidade.

Essas foram as sugestões trazidas por especialistas no painel "Os prejuízos do mercado ilícito na economia do país", em mais uma edição do Caminhos do Brasil, iniciativa dos jornais O GLOBO e Valor Econômico e da Rádio CBN, com o patrocínio do Sistema Comércio, através da CNC, do

Sesc, do Senac e de suas federações. No evento, realizado de forma on-line, participantes de diferentes setores debateram a dimensão do peso da ilegalidade e tiveram propostas para atenuar os danos.

Edson Vismona, presidente executivo do Instituto Brasileiro de Ética Concomercial (Eto), disse que a falsificação e a pirataria geram perdas de bilhões de reais para as empresas e para os estados, além de prejuízo ao consumidor.

—Ele também perde, uma vez que os produtos não seguem as normas técnicas.

EFEITO PARA O CONSUMIDOR

Para Vismona, o aumento seletivo de impostos — como proposto pela reforma tributária para frear o consumo de produtos que causam danos à saúde ou ao meio ambiente — pode fazer com que os brasileiros escolham itens ilegais em função do preço. Afinal, um produto com tributação maior tende a ser mais caro.

Cristiane Feijó, presidente



Dicas para não comprar itens falsificados

- > **Reputação da loja**
Conheça o canal pelo qual vai comprar um produto, incluindo o histórico de vendas da loja e de reclamações porventura existentes.
- > **Padrões de qualidade**
Verifique na embalagem se o produto segue as normas técnicas aplicáveis. Se possível, peça os certificados de conformidade que garantem a qualidade e segurança.
- > **Peça documentos da compra**
Sempre exija nota fiscal, independentemente do valor da compra.
- > **Cuidado com golpes digitais**
Vai comprar on-line? Veja se a página é segura e se possui o símbolo de cadeado ao lado do endereço eletrônico.

executiva da Associação Brasileira de Bebidas (Abrahe), afirma que no setor de bebidas alcoólicas, que tem a falsificação e o contrabando como desafios históricos, o peso da tributação acaba estimulando ainda mais o mercado ilícito.

— É automático: quando você aumenta a carga tributária de bebidas alcoólicas, você acaba empurrando o consumidor para a ilegalidade. É difícil de identificar bebidas ilegais — disse ela, que defende a inclusão da situação econômica do brasileiro no debate sobre tributação.

Já no setor de combustíveis, a sonegação soma R\$ 14 bilhões por ano, enquanto a adulteração e as fraudes respondem por mais R\$ 15 bilhões, segundo Emerson Kapaz, presidente do Instituto Combustível Legal.

Um relatório da CNI aponta que a perda em impostos diretos soma R\$ 136 bilhões. São tributos que deixaram de ser arrecadados pelo governo em diferentes esferas. Entre 16 setores econômicos, a perda chega a R\$ 297 bilhões. Há um impacto ainda na geração de vagas formais, diz o estudo. Levando em conta setores mais afetados pelo mercado paralelo, o Brasil deixou de gerar quase 370 mil empregos com carteira assinada em 2022.

Secretário executivo do Conselho Nacional de Combate à Pirataria e aos Delitos contra a Propriedade Intelectual (CNCP), André Corrêa, contou que o órgão tem buscado coibir o mercado ilegal por meio de intercâmbio de informações com outros países que fazem fronteira com o Brasil, com produção de inteligência e aproximação de atores públicos e privados.

CRIMINALIDADE

Corrêa avaliou, porém, que é preciso ampliar as ações de conscientização à população. Para ele, falta enfatizar o efeito em cadeia por trás do mercado ilegal e os riscos ao consumidor.

— O que acontece das atividades de contrabando e pirataria financia outras práticas criminosas, como tráfico de drogas e de pessoas. Precisamos passar a mensagem clara de que, ao comprá-lo, você está gerando um mal para a sociedade e financiando uma cadeia criminosa — disse ele, ao citar a presença de substâncias tóxicas em produtos irregulares para consumo humano.

Para Cristiane Feijó, da Abrahe, faltam políticas públicas mais amplas de combate ao mercado ilegal.

— Essa atuação precisa ser sistêmica e não tópica.

ACORDO HISTÓRICO PARA COIBIR BIOPIRATARIA

Tratado obriga indústria a declarar recursos genéticos e conhecimentos tradicionais

Aos 25 anos de negociação, a aprovação histórica do acordo sobre propriedade intelectual marca um novo capítulo no combate à biopirataria no mundo. O tratado, assinado por mais de 190 países na Organização das Nações Unidas (ONU) no último dia 24, torna obrigatório que toda

e qualquer indústria declare a origem de recursos envolvidos no trabalho para registro de uma patente.

Nesse sentido, o tratado coíbe a exploração de recursos genéticos e de conhecimentos tradicionais dos povos indígenas de forma ilegal, por exemplo. Para André Corrêa, se-

cretário executivo do Conselho de Combate à Pirataria e aos Delitos contra a Propriedade Intelectual (CNCP), a assinatura do acordo dá início a uma nova fase na comercialização de recursos naturais e deve ajudar a evitar fraudes.

— Isso garantirá, não só ao Brasil, mas a todos os países,

terem salvaguardado o direito reconhecido de que aquela inovação ou produto veio de determinado lugar. Ao mesmo tempo, garante um grau de estabilização desse tema no cenário internacional que a gente não tinha — explicou ele, que participou da live do Centro de Genética, na Suíça, on-

de estavam reunidos os países membros da Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI).

O Brasil participou ativamente da discussão, já que a conferência diplomática que chegou ao acordo foi presidida pelo país, contou Corrêa.

— Estamos felizes com esse tratado. Conseguimos comportar tanto interesses dos países mais desenvolvidos quanto dos em desenvolvimento.

A transparência exigida pelo tratado deve reforçar a implementação do Protocolo de Nagoya, que prevê que as pessoas que possuem recursos genéticos e conhecimentos tradicio-

nais usufruam de benefícios, não necessariamente monetários, por sua utilização.

Segundo a ONU, os recursos genéticos são cada vez mais utilizados em invenções e pesquisas, como as relacionadas a sementes e medicamentos, que permitiram avanços na saúde, no clima ou na segurança alimentar.

Mais de 30 países já exigem a divulgação destas informações, em sua maioria nações em desenvolvimento, como China, Brasil, Índia ou África do Sul, mas também europeias como França e Suíça. As regras, porém, variam e nem sempre são obrigatórias.